



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

ED ALVES/CB/D.A.Press



Muitas incertezas e risco de perder o cargo e a renda

Muitas incertezas cercam o futuro do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres. Risco de perder o cargo e a fonte de renda na Polícia Federal (PF), dúvida sobre quanto tempo permanecerá preso, depois de quatro meses sob custódia, e o risco de sofrer condenações sem chance de recurso. É assim que os senadores têm encontrado Anderson Torres na prisão, como conta o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) que esteve no 4º Batalhão da Polícia Militar no último domingo. Anderson Torres está preso preventivamente em um quarto da unidade da PM, com uma cama e uma mesa. Tem sentido muita falta das filhas, de 13, 11 e 9 anos. Disse que quer falar esclarecer tudo, como ocorreu no depoimento prestado ontem à Polícia Federal. Uma coisa é certa: de poderoso ministro do governo Bolsonaro, homem da cozinha do presidente e de seus filhos, a prisioneiro acusado de participar de um complô para dar um golpe de Estado, Anderson Torres vai precisar de bastante tempo e fôlego para se recuperar.

Cuidado com os golpes

Os bandidos estão tão sofisticados que ligam agora para aplicar golpes usando o número do próprio banco. Cuidado ao passar informações pelo celular.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Sangue sindicalista

Aliado e correligionário do governador Ibaneis Rocha (MDB), o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), lamentou ontem em reunião com o Sinpro que a greve dos professores tenha virado tema de processo judicial. Iniciativa partiu do GDF e foi acatada por representar prejuízo aos estudantes num momento em que os alunos tentam recuperar o conteúdo depois da pandemia.

Moção de apoio

Presidida pelo deputado Gabriel Magno (PT), que é professor da rede pública, a Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa aprovou ontem uma moção de apoio aos professores e orientadores educacionais do DF por melhores condições de trabalho, reestruturação do plano de carreira e reajuste salarial.

MarcosVieira/EM/D.A.Press



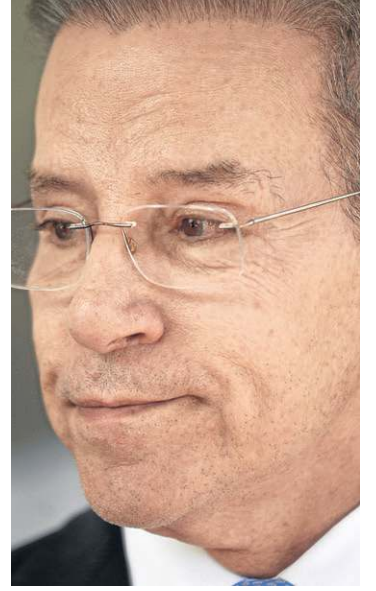
Homenagem

O ex-presidente do STF ministro aposentado Carlos Velloso receberá amanhã o título de cidadão honorário de Brasília, em solenidade na Câmara Legislativa. A iniciativa é do deputado distrital Ricardo Vale (PT).

Desembargadores são investigados por demora em julgar dívida de R\$ 800 milhões do Grupo OK

Com base em representação da AGU, o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, abriu uma investigação para apurar a demora por parte de dois desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região para analisar recursos relacionados a uma dívida do empresário Luiz Estevão de mais de R\$ 800 milhões com a União pela fraude na construção do TRT de São Paulo. A investigação envolve os desembargadores Hercules Fajoses e Maura Moraes Tayer. Segundo a AGU, um recurso que contesta decisão favorável ao Grupo OK aguarda há cinco anos para julgamento. “É enorme o prejuízo em decorrência disso para os cofres públicos. A União está impedida de adjudicar imóveis penhorados de seu interesse na execução em comento (suspensa há mais de cinco anos). Além disso, há em torno de R\$ 100 milhões depositados em juízo, anteriormente penhorados, que precisam ser convertidos em renda com urgência, ainda mais em momento de necessidade de superação da crise econômica gerada pela pandemia”, afirma a AGU. O órgão afirma na representação que a demora no julgamento prejudica ainda outros credores do Grupo OK, como o Banco do Brasil, a Terracap, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o Governo do Distrito Federal.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



SIGA O DINHEIRO



R\$ 5.389.344.277,71

Foi o valor repassado às empresas de transporte coletivo do DF, de 2014 a 2022. A Pioneira foi a que mais recebeu: R\$ 1.385.950.267,47. Em seguida, a São José (R\$ 1.097.764.468,04) e o consórcio HP-Ita (R\$ 1.054.237.216,77). As duas empresas que menos receberam foram Piracicabana (R\$ 982.746.151,15) e Marechal (R\$ 868.646.174,18).

“Antes de qualquer coisa, greve se encerra com diálogo e conciliação junto à categoria, e não através de uma decisão unilateral da justiça. Greve é um instrumento legítimo de luta do trabalhador. E recurso a gente sabe que tem. Afinal, de onde sairia o dinheiro para o reajuste de 25% nos vencimentos do alto escalão do GDF?”
Deputada distrital Dayse Amarílio (PSB), sobre a greve dos professores

“Todas as portas estiveram abertas. Eles foram recebidos por várias vezes pelo secretário Ney Ferraz e pelo secretário Gustavo (Rocha). Então, as negociações estavam em pleno andamento e elas continuarão a partir do momento em que o sindicato sair dessa radicalização, colocar os alunos novamente nas salas de aula e reconhecer que está causando um grande prejuízo à sociedade do Distrito Federal”
Governador Ibaneis Rocha (MDB)



Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Minervino Júnior/CB

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | JORGE VIANA | DEPUTADO DISTRITAL

Parlamentar afirma que sistema de saúde do Brasil não está preparado para lidar com outro surto pandêmico. O maior problema, no âmbito nacional, é a falta de credenciamento dos serviços de alta e média complexidade

“A gente não ganhou essa guerra”

» *ANA LUÍZA MORAES

O deputado distrital Jorge Viana (PSD) foi o entrevistado da jornalista Taísa Medeiros no CB.Poder — uma parceria entre o Correio e a TV Brasília, de ontem. Entre os assuntos abordados pelo parlamentar, a

efetivação da lei que criou o piso nacional da enfermagem, o Sistema Único de Saúde (SUS) e a pandemia de covid-19, que, na visão do parlamentar, ainda requer cuidados e serve de alerta para futuros cenários pandêmicos.

Como representante das categorias de auxiliares e técnicos de enfermagem, como o senhor analisa o debate sobre o piso salarial?

Há um ano a gente está nessa discussão. Houve a suspensão pelo ministro (Luís Roberto) Barroso por não identificar uma fonte pagadora, que só foi resolvido agora. O presidente Lula identificou uma fonte em torno de R\$ 7 bilhões, R\$ 7,3 bilhões, que será distribuído entre os municípios e estados. O que nós precisamos, agora, é de uma regulamentação do Ministério da Saúde para dizer como será a regra. Lembrando que esses valores contemplarão os servidores municipais, estaduais, federais e aquelas empresas privadas

que prestam serviços até 60% SUS. Aqui em Brasília, por exemplo, temos alguns hospitais privados que prestam serviços até 90% para o SUS.

Como fica a rede particular?

Existe uma briga muito grande dos empresários. Eles alegam que não tem recurso, mas o mercado se regula. Eu sempre digo que dificilmente se vê um empresário da saúde quebrar. Eles têm lucro, e cada vez maiores. Eu nunca vi um empresário perguntar ou fazer uma tabela baseada em SUS, ele faz a tabela dele. O estado está resolvendo o problema dos servidores estaduais, e o privado vai resolver o problema do privado. A gente não pode falar em demissão. Mas para



Mariana Lins/Esp.CB/D.A.Press

o nosso caso, não tem como demitir, não tem como ter demissão, uma vez que os profissionais trabalham através de resoluções e de dimensionamentos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o fim da pandemia de covid-19, como o senhor vê a situação do SUS após isso?

Essa pandemia mostrou uma saúde precarizada, como

a gente sempre falou que existia. E o que é a precarização? É você não ter, por exemplo, respiradores fabricados no Brasil. É você não ter máscara fabricada no Brasil. A gente depende praticamente de tudo dos outros países para poder prestar uma assistência de saúde. E diga-se de passagem, esse sistema de saúde é o nosso porto seguro. Você vê que quando a coisa aperta, não tem coisa privada

nenhuma que consegue segurar. Todo mundo recorre ao SUS.

O Brasil perdeu mais de 700 mil vidas na pandemia. Existe um antes e depois para os profissionais de saúde?

Existe. Essa pandemia ensinou todo mundo, em todos os aspectos. Para nós da saúde, foi uma forma de a gente poder mostrar as nossas deficiências, mostrar para a população o que está faltando no sistema público de saúde. Foi um marco nessa geração da saúde, em que nós não tivemos recursos para poder salvar mais vidas. Se as autoridades investirem realmente na saúde, os impactos de uma nova pandemia serão menores.

A Unale — União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais está discutindo a mudança da nomenclatura de auxiliar e técnico de enfermagem. Como isso vai funcionar na prática?

No Brasil, não existia técnico em enfermagem, auxiliar e enfermeiro. Muitos concursos lá fora, municipal, estadual e até federal, foram feitos e muitas pessoas

ingressaram nesse serviço fazendo atividades de técnico de enfermagem. Na prática, não tem diferença, porque fazem a mesma coisa. Só que com esse piso da enfermagem, ficou muito taxativo, técnico é um valor, e auxiliar é outro. A diferença é de quase R\$ 1 mil entre eles. Muitos feitos não querem reconhecer o auxiliar como técnico de enfermagem, ele pode atuar como técnico em enfermagem. Depende do governo fazer esse reconhecimento através de um reequacionamento, seja por lei do próprio prefeito ou governador. Isso não tem impacto nenhum, porque o governo federal vai repassar o piso de um e de outro. Agora, existe o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Se no cadastro estiver como auxiliar e ele exerce a atividade de técnico, ele pode receber como auxiliar de piso e não é justo.

*Estagiária sob a supervisão de Suzano Almeida